



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

510 anos da descoberta da Ilha de São Francisco e do Rio da Prata por Juan Dias de Solis. 490 anos do início do 2º Ciclo econômico no Brasil, o do Açúcar. 480 anos da fundação de Santos, por Brás Cubas. 460 anos da fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro. 410 anos da expulsão dos franceses do MA pelos luso-brasileiros. 400 anos da chegada a Salvador da esquadra de Dom Fadrique de Toledo Osório (Jornada dos Vassalos) e expulsão dos holandeses. 390 anos da perda do Arraial do Bom Jesus para os holandeses. Prisão de Domingos Fernandes Calabar e execução pelo Conselho de Guerra em Porto Calvo, acusado de alta traição em favor dos holandeses. 380 anos do início da Insurreição Pernambucana contra os holandeses e do Compromisso Imortal. Elevação do Brasil a Principado. 330 anos do início do Ciclo do Ouro. Morte de Zumbi dos Palmares. Destruição do quilombo de Palmares. 310 anos do II Tratado de Utrecht e devolução da Colônia do Sacramento a Portugal. 290 anos da Guerra Luso-Espanhola (até 1737) e da assunção do governo do Rio de Janeiro pelo Brigadeiro José da Silva Pais. 270 anos da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e criação da Capitania do Rio Negro. 260 anos do início da Derrama em Minas Gerais. 210 anos da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. 200 anos do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal. Início da Guerra da Cisplatina. Nascimento de Dom Pedro II. 190 anos do início da Revolução Farroupilha. 180 anos do fim da Guerra dos Farrapos. 160 anos da Tomada de Corumbá pelo Paraguai. Declaração de guerra do Paraguai à Argentina e invasão de Corrientes. Tratado da Tríplice Aliança. Fim da Questão Christie. 150 anos do Regulamento Disciplinar do Exército. 130 anos do fim da Revolta Federalista no RS. 90 anos da Lei de Segurança Nacional e da vitória contra a Intentona Comunista. 80 anos das grandes conquistas da FEB na Itália e fim da 2ª GM. 70 anos da crise institucional de 1955. 60 anos do AI2. 30 anos da UNAVEM.

2025

Agosto

Nº 486

EU NÃO VIVI EM VÃO: A HISTÓRIA DE UM SOLDADO BRASILEIRO

Jorge Roberto Cunha de Oliveira (*)

Norberto Kober, 88 anos, filho de imigrantes poloneses, estudou na Escola Técnica de Agricultura em Viamão. Foi prestar o serviço militar em 1956 em Porto Alegre no então 6º Batalhão de Engenharia (atual 6º BE Cmb) sendo, desde logo, destacado para a oficina de manutenção de viaturas, pelo fato de já ser motorista e mecânico.

Como dirigia até caminhão com caixa seca (que exigia a “dupla debreagem” pois eram sem sincronizadores), virou o “quebra-galho”, pois resolvia todas as panes que aconteciam com as viaturas da unidade. Ficou tão conhecido que praças antigos o apelidaram de “o mecânico”. Tal regalia fez com que os outros soldados comessem a rodeá-lo para saber como pegar uma “boquinha” na oficina.

Enquanto as demais praças marchavam no sol, ele ficava fazendo o que gostava, na sombra da oficina, mexendo nas viaturas. A intenção dele não era a de engajar (permanecer no Exército depois de prestar o serviço militar

inicial), mas um outro soldado pediu para que ele ficasse em seu lugar, pois precisava dar baixa, e ele aceitou a condição.

Logo, também deu baixa o motorista do comandante, o Coronel Alcedo Batista Cavalcante que, sabedor de que ele era bom motorista, o promoveu a cabo e o chamou para desempenhar a tarefa, bem como o convenceu de que permanecesse no Exército (foto 1).

Como queria ter uma melhora na sua situação funcional, em 1958 decidiu que iria cursar a Escola de Moto-mecanização (posteriormente Escola de Material Bélico). Fez o concurso e foi o 24º classificado entre os 500 candidatos que iriam ingressar.

O curso iniciou e ele não havia sido chamado, quando veio um fonograma, urgente, para que se apresentasse no Rio de Janeiro, embora não tivesse recebido valores para o deslocamento. Como costumava guardar um dinheirinho, resolveu, às suas custas, comprar a passagem, pegar sua bagagem e em uma semana chegar ao Rio de Janeiro, onde se apresentou na escola. Lá chegando, bem no dia da vacinação, já no início do segundo mês do curso. Teve de recuperar toda a matéria, o que, de pronto fez, obtendo o 8º lugar entre os 45 alunos da turma de mecânicos de automóveis.

Em virtude da sua classificação e destacado conhecimento técnico, ofereceram para que ficasse servindo na escola após a conclusão do curso, mas ele tinha como intenção retornar ao seu estado de origem, o Rio Grande do Sul, o que fez, vindo servir no 2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado (2º R Rec Mec), no bairro Serraria, sob o comando do Coronel Borges Fortes, onde permaneceu por seis anos.

Em 1964, foi transferido para o 2º Batalhão Rodoviário na cidade de Lages, estado de Santa Catarina, iniciando o seu trabalho na Companhia de Equipamentos de Engenharia, localizada às margens da BR 116, na localidade do Lageadinho, a 20 km da sede, na Ferrovia “Tronco Sul”, com o carro oficina para a manutenção das viaturas, sendo bem reconhecido pelo seu comandante Coronel Hélio Ibiapina Lima.

No ano de 1971, o batalhão foi extinto e criado em seu lugar o 8º Batalhão de Engenharia de Construção, com nova sede no município de Santarém - PA, sendo convidado para ir com a família para lá residir e servir, o que aceitou.

Conta a história de que havia adquirido um automóvel Ford Corcel do ano, novinho, o qual levou junto, vindo a ser o primeiro veículo zero quilometro da cidade (foto 2).

O pessoal do Exército, ao chegar a Santarém para a construção da BR 163, modificou os hábitos e costumes da população local, ajudando no desenvolvimento da região (fotos 3, 4 e 5).

Seis meses após a chegada em Santarém, foi publicada sua transferência para Estirão do Equador, no Alto Javari, considerada a pior localidade de fronteira do Brasil. A transferência foi revogada e ele não precisou ir para aquela guarnição, permanecendo na mesma unidade, a pedido do comando.

Conhece, como poucos, quase toda a Amazônia, pois nela trabalhou, residiu com a família e lá criou os três primeiros filhos.

Mesmo com a transferência para Porto Alegre, publicada em dezembro de 1975, foi convidado pelo Major Schirmer – Fiscal Administrativo do 8º BEC – para que lá permanecesse, por mais um ano, como chefe de oficina.

Era um dos militares “fundadores” do batalhão e resolveu consultar a sua família, a qual tinha o desejo do retorno ao sul do país, vindo para a 1ª Divisão de Levantamento, no morro de Santa Tereza, em Porto Alegre – RS, para chefiar o setor de oficina e transporte, onde se apresentou em 20 de janeiro de 1976, (foto 6).

Abraçou tudo como sempre fazia e foi escalado para levar equipamentos e viaturas topográficas para o então território de Rondônia, lá permanecendo por 50 dias, para distribuir viaturas no período da estiagem, pois no período de chuvas tinham de parar a missão.

Como trabalhava próximo, foi conhecer Rio Branco, no Acre, buscando suprimentos, Porto Velho - RO e depois Manaus-AM em 1978, estendendo sua viagem até Roraima-RR para recuperar as viaturas nas dependências do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, eis que deveriam retornar até Manaus em condições de trafegar.

Kober e sua equipe, composta pelo 3º Sargento Nava e pelo Cabo Rosalvino, ficou alojada, nesse período, na polícia militar em Boa Vista-RR, graças a amizade do Sargento Nava com o Tenente R/2 Barbosa que, na época, era o Subcomandante da Companhia da Polícia Militar local.

No 6º Batalhão de Engenharia de Construção, os três encontraram o Tenente Maurício, que fora sargento em Lages e o Comandante da OM, Coronel Feijó, outrora capitão na antiga unidade de SC (foto 7).

Recuperaram várias viaturas, sorvendo o seu chimarrão, recebendo como incumbência a transferência de 9.000 litros de combustível para Manaus, o que se tornava quase impossível de fazer. Encheu os tanques das viaturas do comboio, fez uma reserva para a viagem e repassou o restante para o 6º Batalhão de Engenharia de Construção em troca de um empenho junto à Petrobrás. Elaborou o planejamento da viagem partindo de Roraima, comprou os mantimentos e partiram, evitando parar para almoço, com a finalidade de chegar mais rápido ao destino final, tendo parado para dormir no Hotel do Inglês, na beira da estrada, saindo no dia seguinte com parada num barraco para preparar o almoço.

Cobriram o percurso em dois dias e meio. Viajavam armados, pois nem sempre estavam em áreas de índios que gostavam de militares, visto que estes já haviam matado civis.

Antes da chegada em Manaus, pararam num igarapé para o banho, não conseguindo aproveitar as camisetas que vestiram por vários dias, em virtude da intensa poeira da estrada. Quando da chegada ao quartel, em Manaus, tomaram um belo banho e colocaram uniformes limpos.

Começaram o mapeamento da região de Manaus, lá permanecendo por 70 dias, com imediato retorno para Porto Alegre e prestação de contas da missão ao Coronel Câmara, comandante da 1ª Divisão de Levantamento.

As viaturas e equipamentos foram deixados em Manaus para comporem o material da futura 5ª Divisão de Levantamento, que seria criada em Manaus com material proveniente da 1ª Divisão de Levantamento.

Permaneceu por mais de sete anos na 1ª Divisão de Levantamento, sendo transferido para o 3º Batalhão de Comunicações do Exército (atual 3º B Com GE), onde foi promovido a Subtenente em 1983.

Solicitou então sua transferência para a reserva em 1984, encerrando uma brilhante carreira militar (fotos 8, 9 e 10), mas deixou uma herança para as Forças Armadas brasileiras: três filhos oficiais.

O primeiro, Álvaro Kober, coronel aviador da reserva da FAB; o segundo, Airton Kober, coronel de Material Bélico da reserva do EB; e o terceiro, Maurício Kober, ainda um jovem tenente coronel também de Material Bélico da ativa do EB (foto 11).

Assim, podemos concluir que o Subtenente Kober, soldado brasileiro, não viveu em vão (foto 12).

Deixou grandes legados para sua pátria, o Brasil.



Foto 1: à esquerda



Foto 2: à direita



Foto 3: à esquerda



Foto 4: à direita



Foto 5



Foto 6



Foto 7: à esquerda

Foto 8: à direita

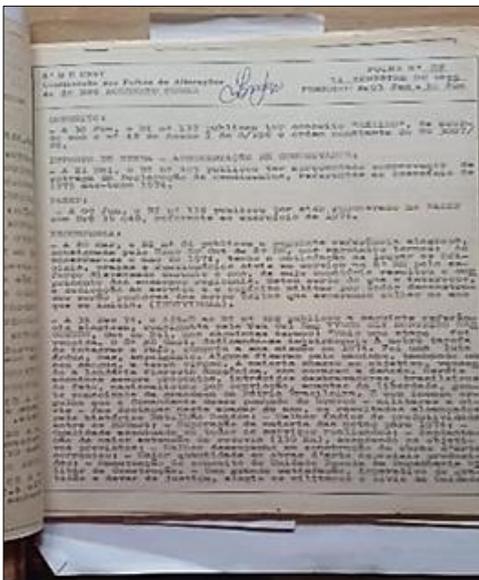
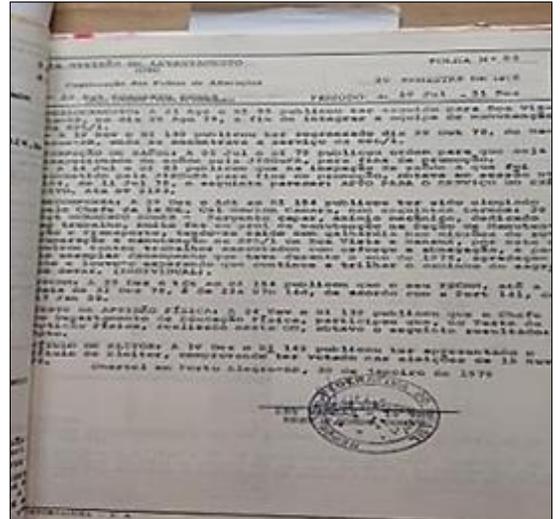


Foto 9: à esquerda

Foto 10: à direita

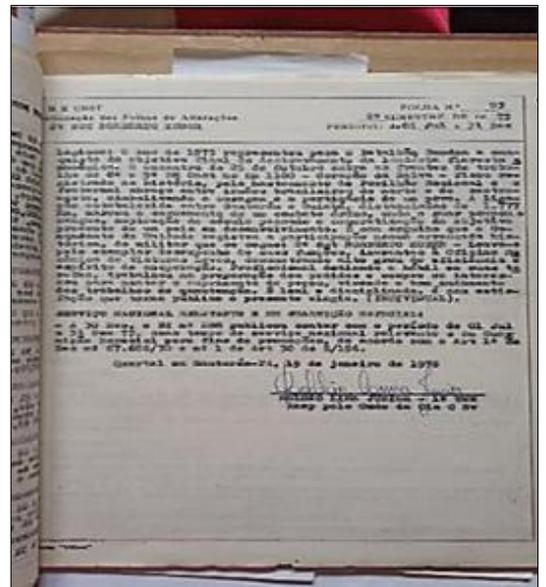




Foto 11: à esquerda



Foto 12: à direita

(*) Antigo Aluno do Colégio Militar de Porto Alegre, onde foi Presidente da Sociedade Esportiva e Literária e formando de 1980; Diretor Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região aposentado; Advogado militante. Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – RS e da Academia Brasileira Maçônica de Letras.

#####

Forças Armadas

‘Que venham, por aqui não passam’; a mensagem do general aos radicais

Richard Nunes, que deixou o Estado-Maior e deve ir para a pasta da Defesa, reagiu aos que pretendem criar uma crise militar

ESTADÃOANALISA

MARCELO GODDY

O Exército imperial viu surgir a cavalaria paraguáia em direção ao fosso que protegia a artilharia brasileira em Tuiuti. Era 24 de maio de 1866. Ali estava o então tenente-coronel Emílio Luís Mallet. Conta a história que, diante da notícia da aproximação do inimigo, que buscava romper suas defesas, Mallet respondeu: “Eles que venham. Por aqui não passarão”. O oficial se tornaria o patrono da Artilharia.

Em Peribebuí, em 1869, Mallet se insurgiu contra um massacre. As tropas aliadas atacaram as trincheiras inimigas, que abrigavam 1.800 infantes, além de crianças e idosos. No fim, 700 paraguaios morreram e 1.100 foram feitos prisioneiros. Do lado brasileiro, jaziam 312 homens. Começou, então, um crime. Conta o Visconde de Taunay que, por ordem do Conde d’Eu, foram degolados os comandantes inimigos. O banho de sangue só parou depois que Mallet interveio.

Na semana passada, foi a vez de a “cavalaria inimiga” desafiar o general Tomás Paiva.

Um grupo de oficiais da reserva ligado ao governo de Jair Bolsonaro tentou escalar a crise política, levando-a para dentro dos quartéis. Foram neutralizados, sem a necessidade de nenhuma conversa no Forte Caxias para lhes impor aquilo que diziam defender quando estavam na ativa: disciplina.

Três generais que participaram de governos anteriores e a mulher de um quarto estão entre os radicais. Usaram como justificativa as últimas medidas do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

OBSTÁCULO. Foi nesse clima que o Alto-Comando se reuniu e chegou ao consenso de que a crise é política e a instituição não deve ser contaminada pelos humores da Praça dos Três Poderes. A conclusão é de que o objetivo dos radicais da ultradireita era acrescentar à bagunça institucional uma crise militar, desestabilizando o general Tomás para retirar a legitimidade do atual Alto-Comando, visto como obstáculo a um golpe.

Em uma República, o Exército não pode ser o braço armado de um partido contra outro. O País permanece dividido. E, nesse contexto, os militares acreditam que é preciso diferenciar os que se deixaram levar pelo discurso da ultradireita e os aproveitadores do momento. Há excessos na atuação do STF, mas o Brasil não vive uma ditadura. E, como prova, perguntam: que ditadura permite 40 mil pessoas irem à Pau-



O general Richard Nunes (segundo, da esq. para a dir.) em Brasília

lista para se manifestar contra uma decisão de Moraes?

Os generais deixam claro o apoio à gestão do ministro da Defesa, José Múcio. Trata-se de uma das poucas unanimidades em relação à atual gestão. Aqui

**‘Cavalaria inimiga’
Oficiais da reserva tentaram levar a crise política para dentro dos quartéis. Foram neutralizados**

é preciso dizer: a rejeição ao golpe não significa que a Força tenha se convertido ao petismo. Mas os generais dizem que as simpatias políticas não devem se sobrepôr à legalidade.

Na quinta-feira, duas solenidades reuniram a cúpula militar

em Brasília com discursos fortes contra os radicais: a promoção dos oficiais-generais e a posse do novo chefe do Estado-Maior do Exército (EME), general Francisco Humberto Montenegro Júnior, substituindo o general Richard Nunes. A primeira teve a presença de Múcio e do governador Tarcísio de Freitas. Tarcísio se negou a dar entrevista. Disse que ali não era lugar para se fazer política, em contraste ao comportamento de outro capitão, o ex-presidente, que aproveitava solenidades na caserna para fazer comícios a oficiais do “meu Exército”.

INSTITUIÇÃO. Na solenidade, Richard disse que preservar o Exército “requer acurado entendimento do ambiente informacional e plena aplicação dos

preceitos da comunicação estratégica, com estrita observância dos princípios e valores éticos e morais cultuados por nossa instituição”.

Enfatizou que a instituição deve se manter distante da crise: “Nestes tempos marcados pela precipitação, superficialidade, imediatismo e conturbação, esse comportamento é imprescindível para o enfrentamento das campanhas de desinformação percebidas em guerras de narrativas cada vez mais polarizadas. É preciso que instruem seus subordinados para o desafio de assegurar o caráter perene de uma instituição calcada no respeito à hierarquia e à disciplina”.

Richard voltou à carga, na transmissão de cargo da chefia do EME. Fez uma “menção especial” a Múcio pela “sabedoria e lealdade” em tempos “tão desafiadores”. Em seguida, o general – que deve ir trabalhar no Ministério da Defesa – tratou de Tomás. “Tem sido uma honra auxiliá-lo na empreitada que é conduzir os destinos do Exército em época de tanta incompreensão. A história registrará os esforços que tem realizado para a preservação dos princípios e valores que devem nortear o Exército de Caxias como autêntica instituição de Estado.” Concluiu: “Conte sempre com este soldado para manter inepugnável a fortaleza da hierarquia e da disciplina. ‘Eles que venham. Por aqui não passam!’”.

Desde 2022, Tomás e Richard são alvo da campanha de difamação da ultradireita. O radicalismo é assim. Parece ombrear com os que defendem o Brasil, mas, ao fim e ao cabo, são os autores de crimes, massacres, conspirações e badernas. O que as cerimônias em Brasília parecem demonstrar é que eles estão do outro lado da trincheira da ética e da legalidade. Foi por isso que a mensagem de Mallet falou mais alto no Forte Caxias. ●

Varnhagen: o militar, o diplomata, o historiador

Armando Alexandre dos Santos (*)

Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, foi militar, diplomata e destacado historiador do Império Brasileiro. Nascido em 1816 na localidade de São João de Ipanema, que então pertencia à vila paulista de Sorocaba e atualmente se situa no município de Iperó, faleceu em Viena, em 1878, aos 62 anos de idade.

Seu pai, coronel Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen, era um engenheiro militar alemão que veio para o Brasil a convite do Príncipe-Regente D. João, com a missão de projetar e construir, perto de Sorocaba, os fornos da Real Fábrica de Ferro de Ipanema. A mãe de Varnhagen, D. Maria Flávia de Sá Magalhães, tinha origem luso-brasileira.

Durante toda a sua vida, Varnhagen sempre conservou profunda ligação afetiva com Sorocaba, e sempre se designou, com orgulho, como “*membro do Instituto Histórico e paulista de Sorocaba*”.

Depois do retorno de D. João VI a Portugal, em 1821, e da proclamação da Independência, em 1822, o coronel Varnhagen, fiel a Portugal, para lá se transferiu, levando consigo o filho.

Em Portugal, Varnhagen recebeu formação no Real Colégio Militar da Luz e, ainda adolescente, atuou como voluntário nas tropas de D. Pedro, ex-imperador do Brasil, contra o seu irmão rei D. Miguel I.

A guerra civil se estendeu por quatro anos, até que D. Miguel foi vencido e D. Maria da Glória assumiu de fato a coroa portuguesa. Após o fim da guerra civil, Varnhagen prosseguiu seus estudos, diplomando-se como engenheiro militar em 1839.

Tendo já falecido seu pai, sentiu-se em liberdade para seguir seu pendor natural, que fortemente o atraía para o Império brasileiro. Veio, então para cá, na idade de 25 anos, e requereu e adquiriu a cidadania brasileira, ingressando em seguida na diplomacia do Império.

Já antes de vir para o Brasil, ainda em Portugal, dera início a suas atividades como pesquisador e escritor. Descobriu o sepulcro esquecido de Cabral, numa igreja de Santarém, e publicara e comentara a *Notícia do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, publicação que lhe valeu a eleição para membro da Academia de Ciências de Lisboa (com 23 anos de idade) e, em 1840, com 24 anos, para o recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A partir aí, seguiu simultaneamente em três atividades distintas. Na vida militar, ingressou no exército brasileiro, mas só nominalmente, sem desempenhar serviço efetivo, e nele permaneceu alguns anos, depois deixou-o.

Na diplomacia serviu na Europa, na Espanha, depois no Paraguai (bem antes da Guerra da Tríplice Aliança), na Venezuela, na Colômbia, no Equador e no Chile. Já no final de sua carreira, retornou à Europa, servindo como Ministro Plenipotenciário do Império Brasileiro em Viena, na corte de Francisco José e da Imperatriz Sissi. Ministro-Plenipotenciário era, naquele tempo, o mais alto grau da carreira diplomática; pode-se dizer que equivalia à de Embaixador.

A atuação de Varnhagen como diplomata foi prolongada, mas não se pode dizer que tenha sido brilhante. Portou-se como funcionário assíduo e constante, mas em várias ocasiões procedeu – digamos assim – de modo não muito diplomático, agindo de modo impulsivo e preferindo, como escreveu Eça de Queiroz, “*estar de mal com o Reino e com o Rei, mas de bem com a honra e consigo*”.

Sua retidão e sua lealdade não o dispunham a transigir, a fingir, a negociar. Era, como dizia Sá de Miranda, “homem de um só parecer, / homem de uma só fé, / dantes quebrar que torcer, / pode tudo parecer, / homem de corte não é”.

Segundo Capistrano de Abreu, Varnhagen “era dos homens inteiriços, que não apoiam sem quebrar, não tocam sem ferir, e matam moscas a pedradas, como o urso do fabulista”.

A impressão que se tem é que seus superiores hierárquicos, na diplomacia brasileira, não gostavam muito da sua independência de espírito e das decisões que por vezes tomava sem consulta. Mas era protegido do Imperador D. Pedro II, que o mantinha na carreira diplomática e fazia com que fosse designado para postos que lhe permitissem exercer sua verdadeira missão, a serviço do Império: as pesquisas históricas.

Foi nas pesquisas históricas que Varnhagen realmente brilhou, ao longo das sucessivas etapas da carreira diplomática. Quando serviu na Espanha, vasculhou, literalmente, os arquivos de Simancas; fez o mesmo

em Portugal, na Torre do Tombo, investigando cuidadosamente, descobrindo, anotando e publicando incontáveis documentos de interesse para a História do Brasil.

Depoimento interessante prestaria mais tarde o também diplomata e pesquisador Oliveira Lima, quando escolheu Varnhagen como seu patrono, na Academia Brasileira de Letras, e lhe fez o elogio: julgava estar devassando pela primeira vez documentação antiga da Torre do Tombo e, por toda a parte, encontrava as típicas marcações do lápis de Varnhagen.

Depois da permanência na Espanha, passou longo período na América do Sul, em vários países. Esse tempo também foi empregado, mais do que em atividades propriamente diplomáticas, na pesquisa e no estudo.

A documentação que levantou, durante 20 ou 30 anos de serviço no Exterior, sobre as divisas do Brasil é preciosíssima. Sem ela, Rio Branco não teria podido, no início do século XX, realizar a grandiosa tarefa de fixar pacificamente nossas imensas fronteiras, resolvendo todos os pontos de litígio possível e imagináveis, com todos os nossos vizinhos.

Varnhagen era incansável. Ao mesmo tempo que investigava, ia publicando. São mais de 150 os livros ou opúsculos que lançou, em vários países, sobre os temas mais diversos. Era, na verdade, um polígrafo e dominava vários estilos. Escreveu desde estudos e ensaios historiográficos, até romances e poesia. Da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” foi, anos a fio, colaborador mais do que assíduo. Nas suas páginas divulgou, em primeiríssima mão, numerosos documentos de grande importância histórica, que ia exumando, ao longo dos anos, da poeira de arquivos localizados nas diversas cidades que visitava.

Pesquisou e escreveu sobre inúmeros temas. Além da “História Geral da Civilização do Brasil”, escreveu especificamente obras sobre o descobrimento e as primeiras viagens de exploração do litoral brasileiro (foi ele quem “descobriu” a importante Carta de Mestre João ao Rei D. Manoel, o famosíssimo Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso, o igualmente famoso Regimento de Tomé de Souza), sobre Américo Vespúcio e suas misteriosas viagens ao Novo Mundo, sobre a Guerra da Luz Divina (a guerra brasílica contra os invasores holandeses), sobre a independência, etc.

Escreveu dois opúsculos muito curiosos, reunidos num “Memorial orgânico”, propondo mudanças de fundo na administração brasileira, redesenhando o mapa todo do Império, de modo a dividi-lo em partes mais ou menos iguais em extensão e em riquezas, propondo a abolição gradual da escravatura e a transferência da capital para o interior, propondo até a reforma nas circunscrições eclesiásticas do Brasil. Era incrível a capacidade de trabalho de Varnhagen, tanto na pesquisa como na produção textual.

Na verdade, ele realizou sozinho, sem ajuda de auxiliares e com os recursos limitados da época, uma tarefa que, hoje, equipes inteiras de pesquisadores bem coordenados e servidos por computadores modernos teriam dificuldade para realizar. Seu conhecimento linguístico era de grande ajuda, pois lia e escrevia bem nas grandes línguas cultas da Europa, inclusive o holandês e o latim. Também era favorecido por seu grande talento e muita prática para a Paleografia; pela sua disciplina intelectual e capacidade de manter uma rotina intensíssima de trabalho, muito germânicas, aliada a uma intuição e a um “faro” de pesquisa bem latino.

Ao longo das décadas, nos múltiplos lugares em que serviu, relacionou-se intimamente com intelectuais, o que lhe valeu, ainda em vida, uma sólida reputação de intelectual, sendo respeitadíssimo na França, na Espanha, em Portugal, no Império Austro-Húngaro, na América espanhola.

Foi, tipicamente, um homem do seu tempo, com as ideias, as idiosincrasias, os valores do século XIX. Não pode ser julgado, obviamente, com os valores atuais. É sempre difícil julgar os homens do passado. É muito forte a tentação de julgá-los com os critérios atuais, como se eles tivessem culpa por não ter nascido em nossos dias. É o tão temido anacronismo, o “pecado moral” do historiador, na expressão de Lucien Fèbvre.

Varnhagen supervalorizava os documentos escritos e oficiais, de acordo com os ditames da escola metódica, ou positiva, que dominou a historiografia do século XIX. Em documentação, era inexcedível, embora na interpretação das grandes linhas gerais da história ficasse aquém do que poderíamos desejar.

Frase delicada e profundamente verdadeira de Oliveira Lima:

“Varnhagen foi sem contestação o criador da história pátria, senão em sínteses luminosas, pelo menos na comprovação essencial, é tão somente com respeito que devemos encarar essa figura saliente da nossa literatura, posto sejamos forçados pela justiça a salpicar das reservas indispensáveis em todo estudo a nossa legítima admiração perante ela”.

Oliveira Lima, no seu discurso de posse na ABL, se estende largamente no elogio de Varnhagen, mas aponta também, objetivamente, suas falhas – que eram, insisto, muito mais falhas do seu século do que propriamente do indivíduo Francisco Adolpho de Varnhagen: seu estilo de escrita um tanto pesado, sisudo e sem ironias ou recursos que o tornassem mais ligeiro; sua falta de formação filosófica mais profunda, que lhe permitisse traçar, nos grandes acontecimentos históricos, uma linha lógica, como se procurara no passado (pelas vias da filosofia ou da Teologia da História) e como se procuraria no século XX, seguindo outros critérios, alguns mais outros menos acertados; suas paixões e suas birras por certas instituições e certos personagens (por exemplo, gostava muito de André Vidal de Negreiros e não gostava de João Fernandes Vieira... não gostava da Companhia de Jesus, não apreciava os índios brasileiros, embora estudasse com afinco idiomas indígenas..., não simpatizava com José Bonifácio e seus irmãos, etc.).

De acordo com os costumes da época, não podia deixar de se meter em inúmeras polêmicas intelectuais. Polemizou com Abreu e Lima, com o Visconde de Santarém, com Teófilo Braga, com o holandês Netscher e outros mais.

Ainda como homem de seu tempo, mostrava uma curiosidade universal incrível. Escreveu sobre literatura, economia, agricultura, comércio. Escreveu sobre técnicas de caça. Chegou a escrever sobre técnica de fabricação de charutos... Defendeu a criação de uma Universidade Central Brasileira, que julgava dever se situar em Minas Gerais. Defendeu ardentemente a transferência da Capital para o interior preconizando o Estado de Goiás.

Aos 61 anos de idade, já doente (faleceria no ano seguinte, de “pulmões fracos”), ainda efetuou uma longa viagem, de lombo de burro, até os sertões goianos, em busca do lugar ideal para a futura capital brasileira...

Tinha um hobby: cultivava a arte culinária e era cozinheiro. “Referiu-se um dos secretários que com ele serviram na legação de Viena que, quando fatigado de redigir, nada lhe assentava melhor para espairer do trabalho, que bater um pudim ou compor um pastelão”.

Nisso, também, era homem do seu século, que sabia valorizar a gastronomia.

Casou já maduro, aos 48 anos de idade, com uma chilena, com a qual teve três filhos. Com 56 anos, em 1872, recebeu do Imperador D. Pedro II (que era seu amigo e até compadre) o título de Barão de Porto Seguro – que muito lhe agradou, pelo simbolismo do nome – e foi elevado a visconde com grandeza dois anos depois.

Faleceu em Viena, aos 62 anos de idade, no dia 29 de junho de 1878. Seu corpo foi levado, por vontade da viscondessa viúva, para Santiago do Chile, e mais tarde, em 1978, seus restos mortais foram trazidos para Sorocaba, terra que Varnhagen tanto amava, a ponto de ter pedido que, caso viesse a morrer longe do Brasil, ali se erigisse uma simples cruz de ferro em sua memória.

É em Sorocaba, cidade simpática e hospitaleira, que até o dia do Juízo Final deverão permanecer, à espera da Ressurreição, os restos mortais do “paulista de Sorocaba” Francisco Adolpho de Varnhagen.

(*) Licenciado em História e em Filosofia, doutor na área de Filosofia e Letras, membro da Academia Portuguesa da História e dos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil, de São Paulo e de Piracicaba.

#####

As viaturas Dodge WC na 2ª Guerra Mundial e no Brasil

Vivaldo José Breternitz (*)

Durante a Segunda Guerra Mundial, poucos veículos tiveram um papel tão versátil quanto as viaturas Dodge Série WC.

Entre 1941 e 1945 a Dodge, então parte do grupo Chrysler, fabricou mais de 250 mil unidades em dezenas de variantes, atendendo a funções que iam do transporte de tropas e carga ao uso como ambulância, veículo de comunicações e plataforma de armamento.

A designação “WC” seguia o sistema interno da Dodge da época: a letra “W” indicava um veículo produzido a partir de 1941, enquanto o “C” referia-se à capacidade de carga de meia-tonelada (half-ton).

Porém, ao longo da guerra, a família WC cresceu para incluir versões de três quartos de tonelada ($\frac{3}{4}$ ton) e até de uma tonelada, mantendo a robustez e a simplicidade como características centrais.

Visualmente, as WC chamavam atenção pelo seu desenho característico, com cabine fechada ou aberta, tração 4x4, equipadas com motores de seis cilindros em linha, como o confiável Dodge T-214 de 92 cavalos. A transmissão manual de quatro marchas garantia boa performance em terrenos acidentados, fator essencial nos diversos teatros de operações da guerra.

Entre as variantes mais famosas estão a WC-51 e a WC-52 — esta última equipada com guincho frontal — usadas como veículos de transporte geral. Já a WC-54 tornou-se a ambulância padrão das forças aliadas, reconhecida por seu compartimento traseiro alongado e capacidade para até quatro macas. Havia também versões especializadas, como a WC-58 para comunicações, e a WC-55, armada com canhão anti-carro de 37 mm.

A versatilidade era reforçada por um projeto modular, que permitia à Dodge produzir diferentes carrocerias sobre a mesma base. Isso facilitava a manutenção no campo de batalha e reduzia custos de produção.

Além de servirem às forças dos Estados Unidos, milhares dessas viaturas foram cedidas a países

como Brasil, Reino Unido, União Soviética, França Livre e China.

No caso brasileiro, os primeiros exemplares chegaram ainda durante o conflito, em diferentes variantes, incluindo modelos para transporte, ambulâncias e versões para comunicações — foram muito conhecidos aqui como “Jipão” ou “Pata Choca”.

Durante as décadas de 1950 e 1960, as Dodge WC se espalharam pelas três forças, cumprindo papéis diversos. No Exército, eram comuns em unidades de todas as armas, tanto em operações de campo quanto em missões logísticas. Na Marinha, foram utilizadas em áreas portuárias e bases navais; na FAB, serviram em tarefas de apoio.

Um dos pontos fortes que garantiu a longevidade dessas viaturas foi a facilidade de manutenção, já mencionada. A mecânica simples, com peças relativamente intercambiáveis e compatíveis com outros veículos Dodge civis, permitia reparos rápidos em oficinas militares e até improvisadas no campo. Além disso, a estrutura robusta suportava adaptações — muitas WC brasileiras receberam carrocerias modificadas, coberturas metálicas e até conversões para viaturas de apoio administrativo.

O uso militar das Dodge WC no Brasil se prolongou muito além de sua vida útil original prevista. Enquanto nos Estados Unidos essas viaturas foram gradualmente substituídas nos anos 1950, no Brasil



